



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA  
*CAMPUS RIACHO FUNDO*  
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

PÉRCIO DANÚBIO LEITE MENDES

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO  
ENFRENTAMENTO DO DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM ESPECIAL O  
TDAH**

Brasília  
2023

PÉRCIO DANÚBIO LEITE MENDES

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO  
ENFRENTAMENTO DO DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM ESPECIAL O  
TDAH**

Trabalho de Conclusão de Cursos apresentado  
ao Instituto Federal de Brasília, *Campus Riacho  
Fundo*, como requisito para obtenção do  
diploma de Licenciado em Geografia.

**Orientadora:** Especialista Alessandra Antonia  
Pereira

Brasília  
2023

Mendes, Pécio Danúbio Leite.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO ENFRENTAMENTO DO DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM ESPECIAL O TDAH / Pécio Danúbio Leite Mendes ; orientação Alessandra Antonia Pereira. — Riacho Fundo, DF: 2023. 55 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2023.

Orientador(a): Alessandra Antonia Pereira.

1. Educação Inclusiva. 2. TDAH. 3. formação de licenciandos em Geografia. 4. diversidade. 5. inclusão escolar. I. Pereira, Alessandra Antonia , orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema com dados fornecidos pelo(a) autor(a)  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

PÉRCIO DANÚBIO LEITE MENDES

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO  
ENFRENTAMENTO DO DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM ESPECIAL O  
TDAH**

Trabalho de Conclusão de Cursos apresentado  
ao Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho  
Fundo, como requisito para obtenção do  
diploma de Licenciado em Geografia.

**Professora Orientadora:** Especialista  
Alessandra Antonia Pereira

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Esp. Alessandra Antonia Pereira (Professora orientadora)  
Instituto Federal de Brasília – IFB

---

Professora Dra. Edilene Américo Silva  
Instituto Federal de Brasília – IFB

---

Professora Mestra Silvia Marcela Magalhães  
Instituto Federal de Brasília – IFB

Brasília  
2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 14 dias(s) do mês de dezembro do ano de 2023, às 20h, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO ENFRENTAMENTO DO DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM ESPECIAL O TDAH”, de autoria de Pêrcio Damúbio Leite Mendes, do curso Licenciatura em Geografia, IFB - Campus Riacho Fundo. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Especialista Alessandra Antônia Pereira – orientadora, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup> M.e Sílvia Marcela de Oliveira Magalhães, da Licenciatura em Letras/IFB, e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edilene Américo Silva, da Licenciatura em Geografia/IFB. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0 (nove) tendo sido o TCC considerado (Aprovado).

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado digitalmente  
**ALESSANDRA ANTONIA PEREIRA**  
Data: 15/12/2023 15:46:27 (GMT-03:00)  
Verificar em: <https://brasil.gov.br>

Prof. Especialista Alessandra Antônia Pereira - Orientador a. \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente  
**EDILENE AMÉRICO SILVA**  
Data: 15/12/2023 15:36:24 (GMT-03:00)  
Verificar em: <https://brasil.gov.br>

Prof.<sup>a</sup> Dra. Edilene Américo Silva \_\_\_\_\_

Documento assinado digitalmente  
**SILVIA MARCELA DE OLIVEIRA MAGALHÃES**  
Data: 15/12/2023 15:43:01 (GMT-03:00)  
Verificar em: <https://brasil.gov.br>

Prof. M.e Sílvia Marcela de Oliveira Magalhães a. \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, quero expressar minha profunda gratidão a Deus, fonte de toda sabedoria e força. É com humildade e reconhecimento que inicio meus agradecimentos, pois Ele foi minha rocha constante ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço a Deus por me guiar em cada passo, por iluminar meu caminho nos momentos mais desafiadores e por me abençoar com a perseverança necessária para concluir este trabalho. Sua graça foi minha inspiração e sustentáculo, e por isso sou eternamente grato.

Agradeço também à minha família, amigos e professores, cujo apoio inabalável foi fundamental para alcançar este marco em minha vida. Cada palavra de incentivo, cada gesto de compreensão e cada momento compartilhado contribuíram para moldar esta conquista.

A Deus, minha família e a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada, o meu mais profundo obrigado.

Agradeço também à minha namorada pelo seu apoio.

Agradeço também a amizade que fiz durante a graduação.

Agradeço também à Professora Especialista Alessandra Antonia Pereira, minha orientadora, pela dedicação, atenção, paciência e comprometimento durante todo o tempo da orientação.

Com gratidão, Pércio.

O professor disserta sobre ponto difícil do programa.

Um aluno dorme, cansado das canseiras desta vida.

O professor vai sacudi-lo?

Vai repreendê-lo?

Não.

O professor baixa a voz,

Com medo de acordá-lo.

**Carlos Drummond de Andrade**

## RESUMO

O presente estudo analisa a importância de inserir conteúdos de Educação Inclusiva, como o TDAH, na formação de licenciandos em Geografia, destacando a necessidade de preparar os professores para lidar com a diversidade e promover a inclusão escolar. A pesquisa revelou que os cursos de licenciatura em Geografia não oferecem formação voltada à Educação Inclusiva, o que dificulta a preparação dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula. No percurso da pesquisa foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em livros, artigos e teses, bem como, uma análise documental dos Planos Pedagógicos de Cursos de duas instituições públicas de ensino superior, em Brasília, que buscou identificar se os planos têm componentes de Educação Inclusiva ou mesmo conteúdos afetos. Os resultados permitem concluir que a inserção de conteúdos da Educação Inclusiva, sobretudo o TDAH, na formação de licenciandos em Geografia é fundamental para a promoção da inclusão escolar. Isso porque, ao serem preparados para lidar com a diversidade, os professores estarão em melhores condições de oferecer um ensino de qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais.

**Palavras chave:** Educação Inclusiva, TDAH, formação de licenciandos em Geografia, diversidade, inclusão escolar, cursos de licenciatura.

## ABSTRACT

This study analyzes the importance of including Inclusive Education content, such as ADHD, in the training of Geography undergraduates, highlighting the need to prepare teachers to deal with diversity and promote school inclusion. The research revealed that Geography degree courses do not offer training in Inclusive Education, which makes it difficult to prepare teachers to deal with diversity in the classroom. In the course of the research, a bibliographical survey was carried out, based on books, articles and theses, as well as a documentary analysis of the Pedagogical Plans of Courses of two public higher education institutions in Brasilia, which sought to identify whether the plans have Inclusive Education components or even related content. The results lead us to conclude that the inclusion of Inclusive Education content, especially ADHD, in the training of Geography undergraduates is fundamental to promoting school inclusion. This is because, by being prepared to deal with diversity, teachers will be in a better position to offer quality teaching to all students, regardless of their individual characteristics.

**Key words:** Inclusive education, ADHD, Geography teacher training, diversity, school inclusion, degree courses.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Sugestão de Conteúdos adaptados de Geografia para estudantes do 8º ano .....	37
<b>Quadro 2:</b> Disciplinas do PPC da UnB - busca para identificação das disciplinas e Temáticas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva .....	42
<b>Quadro 3:</b> PPC do IFB para identificação das disciplinas e Temáticas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva .....	45
<b>Quadro 4:</b> Síntese da análise dos PPCs da UnB e do IFB para identificação das disciplinas e Temáticas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva .....	47

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABDA - Associação Brasileira do Déficit de Atenção  
BNCC-Base Nacional Comum Curricular  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEF - Centro de Ensino Fundamental  
CF - Constituição Federal  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
DA - Dificuldade de Aprendizagem  
DDA - Distúrbio do Déficit de Atenção  
DF - Distrito Federal  
DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais  
EF - Ensino Fundamental  
EI – Educação Inclusiva  
IES – Instituição de Ensino Superior  
IFB - Instituto Federal de Brasília  
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
NEE - Necessidades Educacionais Especiais  
PPC - Projeto Pedagógico de Curso  
PRP - Programa Residência Pedagógica  
RA – Região Administrativa  
RP - Residência Pedagógica  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
TDAH - Transtorno de Déficit de atenção e hiperatividade  
UnB - Universidade de Brasília  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES .....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1: A PROPOSTA DA PESQUISA .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Justificativa .....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Contextualização .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Problemas de pesquisa .....</b>	<b>19</b>
<b>1.4 Hipótese .....</b>	<b>19</b>
<b>1.5 Objetivo Geral .....</b>	<b>19</b>
1.5.1 Objetivos Específicos .....	19
<b>CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Uma Breve Introdução à Educação Especial .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 Compreendendo o TDAH: sintomas e causas .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 O espaço escolar da inclusão e o papel do professor .....</b>	<b>24</b>
<b>2.4 Procedimentos Metodológicos .....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 3: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ANÁLISE DOS PPCs .....</b>	<b>29</b>
<b>3.1. O Currículo em Movimento .....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 A Educação Inclusiva .....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 A Geografia no contexto educacional .....</b>	<b>33</b>
<b>3.4 A Formação do professor de Geografia voltada à inclusão de alunos com TDAH ...</b>	<b>35</b>
<b>3.5 Componentes curriculares e metodologia do ensino sob a perspectiva da Educação Inclusiva .....</b>	<b>37</b>
<b>3.6 O professor de Geografia, o TDAH e a inclusão: uma análise dos PPCs .....</b>	<b>41</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a formação dos professores desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na superação de desafios específicos, como os enfrentados ao educar estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. A necessidade de compreender e abordar os obstáculos enfrentados por professores de Geografia nesse contexto motivou a iniciativa de explorar, discutir e contribuir para a Educação Inclusiva destinada à formação desses profissionais.

O professor, como agente central no processo educacional, desempenha uma função central na promoção da inclusão social no espaço escolar. Sua prática pedagógica não apenas visa a aprendizagem, mas também busca garantir a igualdade entre os estudantes. Diante desse contexto, este estudo surge da motivação em aprofundar a compreensão sobre a formação dos professores de Geografia, destacando a importância de prepará-los desde o início de sua trajetória acadêmica para lidar com os desafios da Educação Inclusiva.

O presente estudo teve como objetivo analisar a relevância da inserção de conteúdos da Educação Inclusiva, sobretudo o TDAH, na formação de licenciandos em Geografia visando compreender como essa preparação pode contribuir para o processo educacional desses estudantes. Tal propósito foi atingido na busca de responder às seguintes questões: De que forma o docente pode desempenhar um papel construtivo no ensino dos alunos com TDAH durante as aulas de Geografia, no ensino básico? Quais são as problemáticas cotidianas que permeiam os docentes no contexto do ensino de Geografia a discentes com TDAH? Como o Plano de Curso/PPC da Licenciatura em Geografia está voltado para a formação docente no sentido da inclusão de alunos com TDAH?

O estudo é fruto de uma revisão bibliográfica que se deu com base na análise de uma ampla bibliografia. Ela abarca desde os primórdios da educação formal até os dias atuais e evidencia a relevância do papel docente na promoção da inclusão no ensino de Geografia. Conforme apontado por Saviani (2009), a formação docente tem raízes históricas e, embora tenha se tornado uma demanda institucional no século XIX, sua importância persiste e evoluiu ao longo do tempo.

Diante da carência de horas dedicadas à formação em educação especial e inclusiva nos cursos de graduação em Geografia, a pesquisa propõe uma reflexão crítica sobre a preparação dos professores. Estudos, como os de Marcolino (2015), indicam que a formação oferecida muitas vezes não atende adequadamente às demandas da atuação profissional inclusiva.

Foi um estudo de cunho documental que avançou na análise de dois Projetos Pedagógicos de Cursos das licenciaturas em Geografia da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Riacho Fundo I. Essas instituições foram escolhidas para a análise, considerando sua influência na formação de futuros professores de Geografia no Distrito Federal.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro fez-se a contextualização do tema com a justificativa, os objetivos, a hipótese, os problemas e os procedimentos metodológicos voltados ao desenvolvimento da pesquisa.

O segundo capítulo tratou da fundamentação teórica sobre conceitos centrais balizadores do estudo, quais sejam Educação Especial; Educação Inclusiva; Ensino de Geografia, TDAH, e como esse transtorno é referido no Currículo em Movimento, da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Por fim, tem -se o último capítulo, onde foi feita a análise dos PPCs dos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília e do Instituto Federal de Brasília.

Este estudo busca contribuir na discussão e avançar nas lacunas da literatura acadêmica, sobre a temática do TDAH. Visa também fornecer subsídios para o aprimoramento das práticas educacionais, promovendo uma formação mais inclusiva pela capacitação docentes com ferramentas pedagógicas mais adequadas voltadas ao atendimento discente daqueles com necessidades específicas.

## CAPÍTULO 1: A PROPOSTA DA PESQUISA

### 1.1 Justificativa

A inclusão de estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) no ambiente escolar é um desafio para os professores, uma vez que esses alunos requerem abordagens pedagógicas diferenciadas. Nesse sentido, a formação dos professores de Geografia torna-se crucial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

A relevância dessa pesquisa justifica-se pela necessidade de abordar e compreender um tema importante e atual, que é o TDAH, de modo a contribuir para o avanço do conhecimento e promover reflexões sobre o assunto. O estudo busca ainda auxiliar no preenchimento da lacuna existente na literatura acadêmica, na Geografia, fornecendo informações que possam facilitar na tomada de decisões ou no desenvolvimento de práticas mais eficientes em sala de aula.

A inclusão de alunos com TDAH no ensino regular é uma exigência legal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 59, determina que “a educação deve ser ministrada de forma a promover o desenvolvimento integral do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Outro propósito desse estudo é estabelecer um diálogo inicial sobre a relevância da preparação dos professores de Geografia para lidar com alunos que enfrentam o TDAH. Esse aspecto envolve a necessidade de capacitar os profissionais da educação por meio de um olhar inclusivo que destaque nessa formação questões relacionadas à educação especial.

Em busca de respostas que justifiquem o estudo, foi realizada uma análise de dois Planos Pedagógicos do Curso de Geografia (PPC), a fim de verificar se existe, de fato, uma proposta ou mesmo preocupação voltada à formação de um profissional competente para enfrentar esses desafios paradigmáticos da educação inclusiva.

Nesta estratégia metodológica teve-se dois Projetos Pedagógicos de Cursos/PPC de Licenciaturas em Geografia de instituições superiores públicas do DF. O intuito era buscar identificar se havia, nesses documentos, disciplinas específicas ou mesmo se nos ementários dos componentes curriculares, possuíam temáticas que tratassem da educação inclusiva voltada à formação inicial dos futuros docentes de Geografia.

Entende-se que a formação inicial dos professores é fundamental para o processo de inclusão. É no ambiente formal da escola que o profissional encontra vários desafios para lecionar os conteúdos sob sua responsabilidade. No entanto, é necessário que ele chegue

munido de diversas ferramentas didático-pedagógicas voltadas ao ensino e que esteja preparado para compreender as necessidades específicas dos alunos com TDAH de forma a desenvolver uma estratégia assertiva.

É importante registrar que, o interesse em pesquisar como o professor pode auxiliar no processo de aprendizagem dos estudantes com TDAH surgiu durante as atividades da prática do Estágio Supervisionado, na licenciatura em Geografia, quando o autor começou a interagir com alunos que têm TDAH. Esse interesse tornou-se ainda maior durante a experiência no Programa de Residência Pedagógica (PRP)<sup>1</sup>, quando foi oportunizado um maior contato com esses estudantes, o que despertou uma curiosidade em compreender melhor as nuances do TDAH e a maneira de auxiliar no processo de aprendizagem.

O estágio supervisionado ocorreu nas turmas de 8º Ano do Ensino Fundamental, no Centro de Ensino Fundamental 05 (CEF 05), localizado na Asa Sul, Região Administrativa I de Brasília, Distrito Federal. Essa atividade prática se deu por meio do Programa Residência Pedagógica (PRP), no período de dezembro de 2022 a dezembro de 2023. O acompanhamento prático do trabalho se dava junto ao professor de Geografia, do CEF 05. Além das observações docentes, foi possível planejar e realizar aulas (regência), bem como atividades avaliativas para os discentes da escola.

Foi observado que em uma das turmas do CEF 05, havia um aluno com diagnóstico de TDAH que, muitas vezes, apresentava dificuldade em desenvolver as atividades das aulas de Geografia. Esse fato despertou a atenção, o que gerou uma interrogação sobre a adaptação curricular voltada a esse discente. Ao questionar o professor regente da classe, aumentou a curiosidade, pois este falou que atuava com a adaptação curricular para esse aluno com TDAH. Uma das práticas utilizadas era a de reduzir a quantidade de questões em relação àquelas encaminhadas aos demais estudantes e ainda desenvolver conteúdos da disciplina menos complexos para que ele pudesse acompanhar.

Mesmo diante dessa iniciativa docente, foi observado que no cotidiano escolar, esse aluno parecia pouco interessado nas temáticas desenvolvidas durante as aulas. Resultou que o de estudo iniciou sobre os questionamentos em relação à possibilidade de o professor desenvolver outras metodologias e propostas didáticas voltadas ao ensino de Geografia, de modo a atingir, mais expressivamente, esse aluno. Foi assim que nasceu o interesse em estudar

---

<sup>1</sup> Programa instituído pela CAPES e que selecionou projetos dos IES e discentes. Para saber mais sobre rp : <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Último acesso em: 30 nov 2023.

o ensino de Geografia e a educação inclusiva e fazer esse recorte temático da presente pesquisa.

A inserção social de crianças e adolescentes com TDAH, nos diferentes espaços, precisa ser uma preocupação da sociedade e reverberar em seu contexto de forma que seja atendida por meio de políticas públicas. E ainda, fazer com que essas ações possam fomentar as melhores práticas no atendimento das necessidades de crianças, adolescentes e até mesmo adultos que enfrentam o TDAH ou outros transtornos, independentemente de sua idade ou do descompasso escolar que se encontrar.

Nos dias atuais é importante esse debate de modo a ampliar a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência nos diferentes espaços formais de educação. Mas no presente estudo interessa a discussão da formação docente voltada ao ensino de Geografia, no 8º ano do Ensino Fundamental (EF), para discentes com Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

A realização deste estudo contribuirá para o avanço do conhecimento sobre a formação de professores de Geografia para a inclusão de alunos com TDAH. Os resultados da pesquisa poderão subsidiar a revisão dos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia, visando garantir que os professores estejam preparados para atender às necessidades desses estudantes.

Por fim, acredita-se que os resultados obtidos com esta pesquisa possam ter impacto e utilidade tanto para a comunidade acadêmica quanto para profissionais e demais pessoas interessadas no tema em questão.

## **1.2 Contextualização**

Diante da necessidade de entender os obstáculos que os professores de Geografia enfrentam ao educar estudantes com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), surgiu a motivação para discutir o tema de modo a contribuir na Educação Inclusiva (EI) para esse grupo de discentes.

De forma geral, o professor desempenha um papel crucial no contexto da educação, especialmente no que diz respeito à promoção da inclusão social, já que ele costuma desenvolver abordagens pedagógicas que promovem a aprendizagem e, ao mesmo tempo, buscam garantir a igualdade entre os estudantes.

Essas experiências alimentaram a ideia de realizar uma pesquisa, que pudesse mostrar a importância da formação de professores, que os conduzam a lidar com os desafios da Educação Inclusiva, desde o início de sua formação, por meio da melhoria da estrutura curricular dos cursos de Licenciatura em Geografia nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Por meio da análise de uma bibliografia, que inclui livros, artigos e teses, torna-se evidente a relevância do papel desempenhado pelos professores na promoção da inclusão no ensino de Geografia. É importante destacar que a formação dos docentes, nesse contexto, é extremamente significativa e, é um tema relevante desde os primórdios da educação formal até os dias atuais, conforme nos aponta Duarte (1986, p. 65-66 *apud* Saviani, 2009, p. 01) quando nos diz que “a necessidade da formação docente já fora preconizada por Comenius, no século XVII, e o primeiro estabelecimento de ensino destinado à formação de professores teria sido instituído por São João Batista de La Salle, em 1684, em Reims, com o nome de Seminário dos Mestres”.

Saviani (2009) afirma ainda que a formação de professores se tornou uma demanda institucional somente no século XIX, quando, depois da Revolução Francesa, surgiu a questão da educação popular. Foi nesse contexto que surgiram as Escolas Normais como instituições responsáveis por capacitar professores.

Embora a formação dos professores não seja o único fator relevante a ser levado em consideração para a superação das barreiras, dentro do contexto da educação inclusiva, é fundamental destacar a significativa contribuição que a preparação inicial dos professores, incluindo os de Geografia, desempenham nesse processo de mudança de paradigma educacional.

Estudos feitos em documentos oficiais demonstram que os cursos de graduação em Geografia oferecem apenas 160 horas de formação em educação especial e inclusiva, o que corresponde a 4,7% do total da carga horária. É importante ressaltar que essas horas podem ser distribuídas em diversas disciplinas, não necessariamente em uma única específica para essa temática.

Além disso, é comum que essas disciplinas não abordam tópicos como educação inclusiva e educação especial de forma aprofundada. Essa realidade dificulta a formação de professores capacitados para lidar com a diversidade em sala de aula. Sobre essa questão, Marcolino (2015) aponta que para os professores, a formação oferecida pelos cursos de graduação em Geografia não é adequada à atuação profissional inclusiva.

(...) professores acreditam que o curso de Geografia não está preparado por variadas razões, dentre elas, a dificuldade da disciplina exigir maior percepção do sentido visual, ou acreditar que a estrutura do curso na sua proposta pedagógica não contempla a questão da inclusão, ou pela falta de recursos, tecnologias, metodologias, ou até a falta de capacitação (MARCOLINO, 2015, p. 65).

Entende-se que a escola pode ser um ambiente essencial voltado à interação social discente, o que pode repercutir positivamente no aprendizado dos conteúdos de Geografia aos estudantes com esses transtornos. Diante disso, a relevância desse estudo é compreender os desafios enfrentados pelos docentes de Geografia no ensino de estudantes com TDAH.

O TDAH é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Tem como características os sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Esse transtorno é também conhecido pelo nome de Distúrbio do Déficit de Atenção (DDA), embora majoritariamente seja nomeado por TDAH (ABDA, 2003, *on line*).

Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo abordar o tema da Educação Inclusiva (EI) no ensino de Geografia para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, explorando essa perspectiva dentro do ambiente escolar., no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 05 de Brasília, localizada na Região Administrativa (RA) I, Plano Piloto, na Asa Sul.

A escolha do tema surgiu a partir das práticas docentes desenvolvidas no estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Brasília (IFB) e do Programa de Residência Pedagógica oferecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Na experiência, pôde-se perceber o quão é importante o estudante de Licenciatura em Geografia ter formação inicial na educação inclusiva, o que o colocaria em melhores condições didático-pedagógica para desenvolver o trabalho necessário aos estudantes com TDAH na Educação Básica.

Durante a fase de observação do estágio supervisionado, pode-se perceber que as condições de trabalho dos professores são bastante desafiadoras, pois eles precisam lidar com turmas grandes, aulas curtas e um currículo extenso, entre outros fatores. Essas condições dificultam a realização de um ensino transformador, especialmente para os docentes que buscam desenvolver atividades diferenciadas para os alunos com algum transtorno.

Muitas são as oportunidades para serem trabalhadas em sala de aula, talvez o enxugamento de alguns conteúdos curriculares e o desenvolvimento de ferramentas pedagógicas voltadas às melhores práticas, seriam algumas das ações que poderiam contribuir com o ensino de Geografia nessas classes.

Sendo assim, em meio às incertezas de um licenciando, surgiu a impotência ao perceber que, diante de muitas teorias, ainda não se havia adquirido conhecimentos prévios que pudessem apresentar ferramentas pedagógicas voltadas ao trabalho prático com alunos com TDAH. Essa realidade deixou clara a necessidade de buscar novas práticas e estratégias

pedagógicas que possam ao menos contribuir para facilitar o ensino da Geografia escolar no contexto da Educação Inclusiva.

### **1.3 Problemas de pesquisa**

- 1- De que forma o docente pode desempenhar um papel construtivo no ensino dos alunos com TDAH durante as aulas de Geografia, no ensino básico?
- 2- Quais são as problemáticas cotidianas que permeiam os docentes no contexto do ensino de Geografia a discentes com TDAH?
- 3- Como o Plano de Curso/PPC da Licenciatura em Geografia está voltado para a formação docente no sentido da inclusão de alunos com TDAH?

### **1.4 Hipótese**

Parte-se do pressuposto que o desenvolvimento do trabalho docente, no ensino de Geografia para alunos com TDAH, está permeado por desafios resultantes das lacunas existentes desde a sua formação inicial, na licenciatura.

### **1.5 Objetivo Geral**

Analisar a relevância da inserção de conteúdos da Educação Inclusiva, sobretudo o TDAH, na formação de licenciandos em Geografia visando compreender como essa preparação pode contribuir para o processo educacional desses estudantes.

#### **1.5.1 Objetivos Específicos**

- a) Compreender o papel do professor no processo de ensino dos conteúdos de Geografia, na educação inclusiva, para discentes com TDAH, inseridos no espaço escolar.
- b) Desenvolver levantamento bibliográfico sobre os conceitos e normativas que orientam sobre as diretrizes gerais da educação básica e da Educação Inclusiva no curso de Geografia.
- c) Analisar as normativas, as diretrizes e os Planos de Cursos com fins de entender os parâmetros orientativos voltados à formação docente para atuar com discentes com TDAH, na educação básica.

## CAPÍTULO 2: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Uma Breve Introdução à Educação Especial

A educação especial é uma área da educação voltada para atender as necessidades de alunos com deficiências, dificuldades de aprendizagem, distúrbios de desenvolvimento, hiperatividade ou superdotação, bem como outras necessidades educacionais especiais, conforme cita o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Para entender melhor o assunto é importante buscar conceitos iniciais relacionados à Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal (CF) de 1988 foi um marco na formulação e avaliação das políticas nacionais da educação e nos diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988).

Dessa forma, possibilitou que pessoas com deficiência pudessem ser inseridas nas escolas das redes pública e privada. Essa transformação promoveu não apenas a acessibilidade física, mas também estabeleceu os alicerces para uma educação inclusiva. Esse processo ainda reconhece e respeita a diversidade, promovendo oportunidades iguais para todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades ou limitações, de acordo com Constituição Federal.

Nesse contexto, o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos, atribuindo a responsabilidade de sua promoção e incentivo tanto ao Estado quanto à família, com a colaboração ativa da sociedade. A visão abrangente delineada pela legislação visa não apenas o desenvolvimento integral da pessoa, mas também sua preparação para o exercício pleno da cidadania e a qualificação adequada para o ingresso no mundo do trabalho.

Ao reconhecer a educação inclusiva como um pilar fundamental para a construção de uma sociedade justa e equitativa, a Constituição reforça a importância de parcerias entre setores público e privado, destacando o compromisso coletivo na construção de um futuro educacional inclusivo e de qualidade para todos os cidadãos.

O principal objetivo da educação especial é proporcionar um ambiente de aprendizado inclusivo e adaptado, no qual todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial máximo, independentemente de suas características individuais. A LDBEN, em seu artigo 58, prevê que essa modalidade de ensino deve ser oferecida preferencialmente na rede

regular de ensino, iniciando na educação infantil e estendendo ao longo da vida. E acrescenta que somente será ofertada em classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível, pelas condições específicas do aluno, a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Outro importante conceito acerca da Educação Inclusiva é encontrado na Declaração de Salamanca, 1994 que utiliza do termo necessidades especiais<sup>2</sup> referindo a todas as crianças e jovens que têm necessidades educacionais especiais devido a deficiências ou dificuldades de aprendizagem. “muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização”.

A construção do ensino regular, frente aos paradigmas educacionais, precisa respeitar o desenvolvimento da capacidade humana, de modo a atender às necessidades educacionais especiais do aluno. Essa construção objetiva proporcionar, contribuir e garantir melhor aprendizagem, ou seja, o direito à educação voltada ao desenvolvimento discente. Para Petrauskas (2019), é preciso pensar no coletivo com o intuito de que este se construa como um ser social capaz de aprender além de ser reconhecido como um cidadão, independentemente de suas limitações.

Existir um pensamento coletivo, no qual deva ser deixado de lado as diferenças e cada um aceitar o outro de acordo com suas limitações, onde os estudantes portadores de necessidades educacionais especiais possam ser inseridos no processo educacional sem serem excluídas do processo de aprendizagem (PETRAUKAS, 2019, p. 15).

Para a autora, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito educacional, passa por duas reflexões centrais. Em primeiro lugar, para além de frequentar uma sala de aula, é necessário que o discente seja atendido segundo as suas necessidades. Assim, ele poderá participar, igualmente, junto aos demais alunos que não possuam necessidades educacionais especiais. O segundo desafio tem a ver com a nova forma de ensino, esta requer um forte trabalho de conscientização da necessidade de integração da pessoa com necessidades especiais na escola regular.

Diante disso, o papel do educador é muito importante, pois é preciso ter formação adequada para lidar com os diversos tipos de transtornos em sala de aula, garantindo não apenas a adaptação do conteúdo programático, mas também promovam desenvolver habilidades específicas para a identificação precoce de dificuldades, o educador se torna um agente ativo

---

<sup>2</sup> O Termo Necessidades Especiais está em desuso. O termo atual é Pessoa com Deficiência. <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>. Último acesso em: 30 nov 2023.

na criação de estratégias personalizadas de aprendizado, colaborando efetivamente no desenvolvimento integral dos estudantes conforme aponta Baptista.

Estou considerando educador especializado em educação especial ou educador especial aqueles com formação específica: curso de graduação na área; em pedagogia, com habilitação específica; curso de especialização ou estudos complementares. Essa pluralidade de dimensões quanto à formação é garantida pela legislação atual, a qual não define especificamente uma trajetória (BAPTISTA, 2011, p. 1).

A pluralidade de dimensões na formação do educador especial, assegurada pela legislação atual, reflete a diversidade de trajetórias, desde cursos de graduação na área até estudos complementares, proporcionando uma base sólida para atender às demandas da educação inclusiva.

Essa conscientização pode ser realizada por meio do desenvolvimento de um programa de conscientização tanto para os professores, quanto para os pais e demais funcionários da escola. Ou seja, o corpo escolar, no todo, além de estar sensibilizado da limitação precisa, ainda mais, estar consciente de seu papel no processo de integração. Mover-se para que funcione, de fato, a inclusão e que o aluno adquira conhecimentos da forma mais simples possível.

Além disso, para Petrauskas (2019), é preciso pensar em possibilidades possíveis voltadas ao combate à exclusão com o desenvolvimento de um sistema educacional inclusivo que acolha e jamais exclua os alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a construção de ambientes educacionais permeados por práticas inclusivas emerge como um compromisso fundamental, promovendo a equidade e a valorização da diversidade, essenciais para uma sociedade mais justa e igualitária.

É necessário repensar a escola dentro de um novo contexto social, repensar como serão colocadas em práticas as políticas pedagógicas educacionais, talvez só assim a educação inclusiva tornar-se-ia um instrumento necessário para a construção de uma sociedade mais igualitária (PETRAUSKAS, 2019, p. 16).

A reflexão sobre a necessidade de repensar a escola em consonância com os desafios do atual contexto social emerge como uma urgência incontestável. Diante dessa imperatividade, torna-se premente reavaliar a implementação das políticas pedagógicas educacionais, considerando não apenas a sua concepção teórica, mas, sobretudo, sua efetividade na prática.

Nesse sentido, a autora afirma que vivemos em uma sociedade marcada por preconceitos e regras muitas vezes incoerentes. Uma sociedade que rotula e faz julgamentos e questionamentos inadequados e que exclui principalmente as pessoas com deficiência.

Entende-se que a inclusão em si já é inovadora, pois implica em modificação das

ferramentas que auxiliam no processo de aquisição do conhecimento, da assimilação dos conteúdos, e especialmente da maneira de ver o aluno, para que, verdadeiramente, venha a ser um processo inclusivo que garanta a participação de todos (PETRAUSKAS, 2019).

Portanto, é importante ressaltar que a educação especial não significa segregação, mas sim a busca por igualdade de oportunidades e acesso à educação para todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou desafios. Ela se baseia em princípios de inclusão, respeito à diversidade e apoio individualizado para garantir que cada estudante possa atingir seu pleno potencial educacional e participar ativamente na sociedade.

## **2.2 Compreendendo o TDAH: sintomas e causas**

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) 5ª edição, o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição caracterizada por uma série de sintomas, incluindo distração, agitação/hiperatividade, impulsividade, esquecimento, desorganização e tendência a adiar tarefas, entre outros. O TDAH é considerado um distúrbio de natureza orgânica que está relacionado a “disfunções em áreas do córtex cerebral, especificamente o Lobo Pré-Frontal”. Quando essas áreas não funcionam adequadamente, podem surgir dificuldades relacionadas à concentração, memória, hiperatividade e impulsividade, que são os principais sintomas do TDAH.

O TDAH é uma condição neurocomportamental que se manifesta por um padrão persistente de falta de atenção e/ou excesso de atividade e impulsividade (APA, 2002; ROTTA, 2006, *apud* SENA; SOUZA, 2008, p. 247). Ainda segundo Barkley (2002, *apud* Sena e Souza (2008, p. 247), trata-se de um transtorno do desenvolvimento do autocontrole, da capacidade de manter a atenção em tarefas pouco motivadoras, do controle dos impulsos e da inibição do comportamento e do nível de atividade.

Assim, o TDAH é caracterizado por um nível de atenção inadequado para a idade - ou seja, é um distúrbio do desenvolvimento - que acarreta prejuízos motores, perceptivos, cognitivos e comportamentais (BARKLEY; ROTTA, 2006 *apud* SENA; SOUZA, 2008, p. 247).

Embora o interesse na pesquisa sobre esse transtorno exista desde o século XVIII, segundo Eberstadt (1999, *apud* Caliman, 2009, p. 559), as investigações iniciaram-se em meados da década de 80 e 90 nos Estados Unidos, quando “desde o final da década 80 e durante os anos noventa, o mundo presenciou uma explosão publicitária sobre o TDAH”.

Até então, os estudos sobre o transtorno eram realizados somente com crianças, o que

futuramente passou a ser reconhecido como uma desordem que persistia na vida adulta do indivíduo. Durante esse período, houve um aumento significativo no interesse e na visibilidade do diagnóstico desse transtorno.

Devido às incertezas em torno do diagnóstico de TDAH, muitas pessoas foram erroneamente estigmatizadas como crianças com dificuldades educacionais ou problemas comportamentais durante um período prolongado. Isso ocorreu porque os comportamentos não se enquadravam nas normas consideradas "naturais" na sociedade.

Conforme observado por Richter (2012, p. 48). O transtorno passa por algumas fases no decorrer da vida.

Até 1980, a hiperatividade era vista como um transtorno típico da infância cujos sintomas tendiam a desaparecer após as crianças entrarem na adolescência, que eram a agitação exagerada e a impulsividade. A revisão do DSM, e a consequente ampliação da quantidade de transtornos e expansão dos critérios de diagnósticos dos transtornos já existentes, culminaram na publicação da terceira edição do manual em 1980. Os critérios da hiperatividade foram ampliados e passaram a incluir também a desatenção como um de seus sintomas (RICHTER, 2012, p. 8).

Essa ampliação dos critérios não apenas redefiniu a compreensão da hiperatividade, estendendo-a para além da infância, mas também revolucionou a maneira como a sociedade encara e aborda as nuances dos distúrbios comportamentais. A inclusão da desatenção como um sintoma significativo expandiu a compreensão do transtorno, transformando a visão restrita de hiperatividade em um espectro mais abrangente, moldando as abordagens de diagnóstico e tratamento até os dias atuais.

### **2.3 O espaço escolar da inclusão e o papel do professor**

A escola desempenha um papel crucial não apenas como transmissora de conhecimento, mas também como facilitadora da interação social. Ela tem um papel significativo na construção da moral dos estudantes, conforme foi destacado por Oliveira (2017, p. 3).

A escola possui um papel importantíssimo para a erradicação da exclusão presente nela mesma, e necessita estar em constante processo de modificação da realidade presente, pois desde os seus primórdios, acaba por evidenciar as diferenças e excluir o diferente, o menos favorecido.

Nesse sentido, a escola não somente desempenha a função de proporcionar educação intelectual e ética aos estudantes, mas também facilita a integração social. Isso acontece porque

o ambiente é um importante espaço social frequentado pelos indivíduos, logo após o círculo familiar.

Mantoan (2003) orienta que para melhorar a eficácia da escola no fornecimento de ensino de alta qualidade e na promoção efetiva da inclusão, é necessário repensar as abordagens educacionais à luz de um novo contexto social. Isso envolve a concepção de uma escola inclusiva que supere as barreiras formais que dificultam o processo de inclusão e a implementação de mudanças no sistema educacional, a fim de garantir igualdade de acesso para todos.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (MANTOAN, 2003, p. 12).

As metodologias desempenham um papel crucial na prática de ensino, pois são essenciais para alcançar metas específicas, sendo impossível organizar e aplicar o conhecimento de forma eficaz sem elas. A relação entre professor e aluno, bem como a colaboração entre a escola e a família, são componentes essenciais para o sucesso da inclusão. Criar um ambiente que promova a compreensão mútua, respeito e apoio é tão importante quanto a escolha das estratégias de ensino. Portanto, é vital que pesquisadores e profissionais saibam porque o ambiente é um importante espaço social frequentado pelos indivíduos, logo após o círculo familiar.

As instituições de ensino devem eliminar imediatamente a exclusão e compreender a importância da valorização, do respeito e dos direitos de todos. Uma escola inclusiva tem a responsabilidade de acolher cada aluno, independentemente de sua situação social, orientação sexual, origem étnica ou cor, integrando-os no ambiente educacional enquanto respeita e reconhece suas distintas características, continua o autor.

E para que uma escola aspire à inclusão, é essencial aprimorar e aperfeiçoar sua abordagem pedagógica, empregando métodos educacionais que possam promover a aprendizagem de todos os estudantes. Consequentemente, a implementação da educação inclusiva no cenário atual representa um desafio significativo para os professores, uma vez que exige que eles repensem a forma como ensinam, bem, a sua cultura, política e estratégias pedagógicas (PETRAUSKAS, 2019).

Nesse sentido, os profissionais da educação não devem encarar o TDAH como um impedimento absoluto para a aprendizagem e sim incluir, os discentes com este diagnóstico, já

que todos podem progredir dentro de suas próprias restrições. A criança com TDAH, muitas vezes, é erroneamente considerada incapaz de aprender devido ao seu comportamento, que inclui sinais de desorganização, desafios na interação social, entre outros. No entanto, ela possui habilidades cognitivas que podem ser desenvolvidas, respeitando seu próprio ritmo e suas limitações.

Portanto, é crucial considerar e reavaliar a preparação dos professores em relação à inclusão a fim de criar oportunidades para a inserção dos estudantes com TDAH no ambiente educacional convencional. E com isso, assegurar que as demandas de aprendizagem dos alunos sejam devidamente abordadas, conforme apontado por PETRAUSKAS (2019).

Os docentes devem adotar uma postura acolhedora perante a diversidade que encontram na sala de aula com o objetivo de identificar as habilidades e potencialidades individuais de cada aluno e atender às suas necessidades específicas, conforme aponta Oliveira e Reia (2017).

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não é aquele que ministra um ensino diversificado para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com ou sem deficiência) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. As atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão, e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as acolham livremente, de acordo com o interesse que têm por elas (BATISTA, 2006, p. 13-14 *apud* OLIVEIRA; REIA, 2017, p. 28-29).

Essa abordagem inclusiva não apenas promove um ambiente de aprendizagem mais equitativo, mas também contribui para o desenvolvimento integral dos estudantes, incentivando a construção de uma comunidade escolar onde a troca de experiências e a valorização das diferenças são fundamentais para a formação cidadã. Nesse contexto, é crucial que os educadores estejam sempre atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas e estratégias de ensino diferenciadas, visando não apenas a superação de desafios, mas também a promoção de uma educação que respeite e celebre a diversidade em todas as suas manifestações.

A inclusão escolar se dá justamente nesses processos. Para Santos (2010, p.11 *apud* Petrauskas, 2019, p. 24) a inclusão pode ser entendida como uma forma de vida, ou seja, uma maneira de viver juntos, amparada na crença de que cada indivíduo é valorizado e pertencente ao grupo.

Anjos (2017, p.1) reitera que a inclusão tem vários sentidos e desafios. Um deles é formar professores preparados e comprometidos com a realidade dos alunos, ajudando-os a se valorizarem e se integrarem na sociedade.

Ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes conotações que a inclusão possa assumir. Uma das grandes dificuldades é encontrar professores qualificados e treinados para um bom desempenho frente à realidade encontrada. Necessita-se de elementos humanos que além de seus conhecimentos tenham dedicação e amor para desempenhar esta missão, capazes de suprir as carências afetivas e emocionais dos alunos, resgatando sua autoestima e tornando-o membro participativo na sociedade (ANJOS, 2017, p. 1).

Diante disso, a inclusão escolar é um tema complexo e que ainda necessita de muitos esclarecimentos e discussões. Cabe aos docentes, incluindo os de Geografia, não apenas dominar os conteúdos técnicos, mas também ter comprometimento, afeto e sensibilidade para atender às necessidades afetivas e emocionais desses estudantes.

## **2.4 Procedimentos Metodológicos**

Aqui tem-se uma pesquisa documental baseada na análise e na interpretação de fontes secundárias tais como: livros, artigos científicos, registros históricos, periódicos, legislações e outros materiais impressos e digitais. É uma investigação de cunho qualitativo, pois a edificação do texto resultou da interpretação e análise dos dados e das fontes de informações já existentes. As fases metodológicas realizadas no desenvolvimento e conclusão do presente estudo, estão descritas a seguir.

O estudo trata-se da análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) das licenciaturas da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Riacho Fundo I. Vale ressaltar que essas duas instituições públicas são responsáveis pela formação inicial docente de boa parte dos futuros professores de Geografia que atuarão nas escolas do DF. E por serem conhecidas nacionalmente, elas foram escolhidas para análise nesta pesquisa.

Em referência a análise dos PPCs procedeu-se da seguinte maneira: buscou-se verificar como a educação especial e a educação inclusiva estava abordada nos componentes curriculares desses cursos. Para essa identificação foram consultados todos os componentes curriculares constituintes do PPC de cada curso analisado. O intuito foi verificar se havia, nesses documentos, disciplinas específicas que tratassem das citadas temáticas.

Já a segunda estratégia foi identificar se os ementários, dos componentes curriculares, possuíam temáticas que tratassem da educação especial e da educação inclusiva, voltada à formação inicial dos futuros docentes de Geografia. Esta busca foi realizada por meio da palavras-chaves: educação especial; educação inclusiva; diversidade; TDAH;

Ainda nos procedimentos metodológicos, outra etapa constou de um levantamento bibliográfico para discussão das temáticas centrais do estudo. Quanto ao tema relacionado à

educação inclusiva, buscou-se um diálogo com a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, Lei nº 9.394/1996; e a Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e das Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais de 1994.

Ainda referente aos conceitos desenvolvidos no estudo, foram utilizadas as reflexões propostas pela Associação Brasileira de Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade/ABDA de 2003 e pelos autores Petrauskas (2019), Baptista (2011 e 2006); Magalhães (2013) e Anjos (2017). O TDAH foi ainda conceituado segundo a visão dos autores Richter (2012), Oliveira (2017) e Mantoan (2003) fazendo a conexão desse tema ao contexto da Geografia escolar, em busca de abordagem da inclusão discente.

A temática de educação e Geografia escolar pautou-se ao pensamento dos autores Saviani (2009), Marcolino (2015), Cavalcanti (2003), o que foi central para balizar a construção do estudo. As leituras contribuíram no balanço dos conhecimentos relativos aos problemas inicialmente elencados e nortearam a proposta metodológica para a construção da pesquisa.

O refinamento bibliográfico e a clareza na definição da metodologia se deram a partir das conversas com a orientadora. As reuniões de orientação objetivam indicar o percurso que ancorou o desenvolvimento deste estudo. Foram essenciais ainda a crítica e a avaliação da orientadora, relativas às versões preliminares do TCC até a chegada da sua versão final, aqui apresentada.

Nessa pesquisa, a formulação do problema, a identificação dos objetivos de estudo, o levantamento, a análise e interpretação dos dados buscaram apontar caminhos que possam contribuir na educação inclusiva, com enfoque do TDAH, no ensino de Geografia. Por ser tema complexo e pelo curto espaço de tempo de pesquisa, é possível que algumas questões não tenham sido resolvidas aqui. Entretanto, pretende-se continuar essa investigação durante um mestrado acadêmico.

## CAPÍTULO 3: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ANÁLISE DOS PPCs

### 3.1. O Currículo em Movimento

Currículo em Movimento é um documento que orienta a política educacional do Distrito Federal para o ensino básico. Ele aponta que a educação inclusiva é um direito de todos os estudantes, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. Segundo o Conselho de Educação do DF, na Resolução nº 01, de 11 de setembro de 2012, o documento trata-se de uma proposta pedagógica, que visa flexibilizar e diversificar os conteúdos e as metodologias de ensino, de acordo com as necessidades e os interesses dos estudantes e das comunidades escolares.

O Currículo ressalta ainda, a relevância de práticas pedagógicas que valorizem a equidade, reconhecendo a diversidade e respondendo às especificidades de cada aluno. E para assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes com necessidades educacionais especiais, o documento sugere estratégias que incluem adaptações curriculares, apoio pedagógico individualizado e a criação de ambientes inclusivos.

A trajetória do atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais é marcada pela luta em busca da garantia do direito de todos estarem na escola. Esse direito fortalecido pelo paradigma da inclusão, na atualidade, deverá extrapolar a demanda do acesso, na direção das demandas relacionadas ao fluxo desses estudantes no ambiente escolar, garantindo-lhes condições reais, complementares ou suplementares ao currículo para o desenvolvimento pessoal e para as aprendizagens equivalentes aos demais estudantes (DISTRITO FEDERAL, CURRÍCULO EM MOVIMENTO – EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, p. 8).

O documento reforça que a Educação Especial não pode mais ser entendida como substitutiva ao ensino comum, dos níveis e modalidades de ensino, mas é necessário repassá-los de maneira transversal. Isso implica a promoção de práticas pedagógicas inclusivas que considerem a diversidade como um elemento enriquecedor para todo o ambiente educacional.

Dessa forma, a abordagem inclusiva não se limita a um espaço ou momento específico, mas permeia todas as disciplinas, atividades e interações, visando proporcionar experiências educativas significativas e igualitárias para todos os estudantes. Essa abordagem visa incluir todos os alunos no currículo escolar, promovendo uma sociedade mais justa e consciente dos direitos educacionais de cada um, sem discriminar as necessidades específicas de cada indivíduo.

No Distrito Federal (DF), desde a década de 1970, existiam ações de atendimento

sobretudo para os alunos que possuíam algum tipo de deficiência. Entretanto, esse atendimento ocorria a partir de uma proposta vinculada a princípios de individualização, segregação, normalização e integração de pessoas com deficiência.

Na rede pública de ensino do DF, o início da escolarização de estudantes com deficiência acontecia em instituições especializadas – os Centro de Ensino Especial, por meio do atendimento em classes especiais. As turmas eram menores e formadas por estudantes com deficiência, pois o intuito era prepará-los para a integração total, ou seja, a inserção em classes comuns de ensino regular.

O desafio permanecia uma vez que o regime de atendimento era pautado pela segregação de alunos ao espaço pedagógico e social do coletivo da escola. O modelo mostrou-se ineficiente pois gerou evasão, repetência ou ainda o retorno do estudante às instituições especializadas.

Nos anos 1990, o processo de integração começou a ser revisto com a perspectiva de inclusão. A proposta era que a instituição educacional acolhesse o estudante e lhe proporcionasse a possibilidade de acesso à aprendizagem e a seu desenvolvimento global, buscando respeitar suas especificidades. No entanto, a Secretaria de Educação não conseguia avançar no processo inclusivo de fato.

Permanecia o enfoque e organização pedagógica do processo de integração que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular, àqueles que têm condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os demais educandos, reforçando-se, assim, o paradigma da normalização (DISTRITO FEDERAL, CURRÍCULO EM MOVIMENTO – EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, p. 9).

A crítica tecida é que esse modelo de educação especial não provocou uma reformulação de práticas educacionais de modo que fossem valorizados os diferentes potenciais para a aprendizagem no ensino comum. Manteve-se a responsabilidade da educação desses alunos no âmbito da educação especial, exclusivamente.

A partir da segunda metade da década de 1990 começou a ser reforçado, dentro da Secretaria de Educação do DF, o paradigma educacional “fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar circunstâncias históricas de produção da exclusão dentro e fora da escola” (DISTRITO FEDERAL, CURRÍCULO EM MOVIMENTO – EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, p. 9).

Essa mudança de paradigma deu origem à política de educação do Distrito Federal,

conhecida como "Currículo em Movimento", que foi lançada em 2014. Essa política tem como objetivo a implementação de ações e políticas educacionais que se baseiam no princípio de incluir todos os estudantes com necessidades educacionais especiais em salas de aula regulares, apoiados por um sistema educacional especializado multifuncional, diversificado e abrangente (p. 10).

Envolveu mudanças tanto na estrutura organizacional quanto no aspecto pedagógico, com base na análise de metas, conteúdo, métodos de ensino e avaliação. Esse processo de reformulação deu atenção especial à adaptação do currículo e à gestão do tempo, visando a garantir a aprendizagem integral dos alunos, com o propósito de tornar o sistema público de ensino mais inclusivo.

Segundo o Currículo em Movimento, a sala de aula do ensino regular deve ser vista como o lugar onde a inclusão se concretiza na prática, pois permite a convivência com a diversidade em um ambiente enriquecedor.

Ensinar a todos seus estudantes, sem distinção e com qualidade, favorecendo condições de acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global. Assim, a sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento (DISTRITO FEDERAL, CURRÍCULO EM MOVIMENTO – EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, p. 10).

O atendimento especializado deve abranger não apenas as salas de recursos, mas também diversas estratégias pedagógicas e ações políticas, bem como recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos.

A estrutura curricular de Educação Especial concretiza-se em eixos transversais e tem na perspectiva inclusiva, a possibilidade de favorecer aprendizagens a partir da educação para a diversidade, cidadania e educação em e para direitos humanos e educação para a sustentabilidade.

Esses elementos combinados vão favorecer a implementação do currículo adequado para o grupo de estudantes que fazem parte da educação inclusiva como um todo. Embora o currículo em movimento fale especificamente dos transtornos globais do desenvolvimento, é importante ressaltar o TDAH como uma dificuldade no aprendizado que afeta alguns estudantes nos dias atuais. Deste modo, os pressupostos do Currículo em Movimento deverão estar presentes e ser garantidos em todos os níveis e modalidades, segundo sua natureza e especificações.

### 3.2 A Educação Inclusiva

Educação inclusiva é um conceito e uma abordagem educacional que busca garantir o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de suas características, habilidades ou necessidades. Segundo Petruskas (2019), “a palavra “inclusão” é definida como o ato de adicionar, integrar algo ou alguém dentro de uma sociedade”.

Essa educação promove a igualdade de oportunidades, a participação ativa e a aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências, dificuldades de aprendizagem, habilidades excepcionais ou outros desafios diversos. Além disso, reconhece que cada aluno é único.

Para esses casos, a LDBEN usa a terminologia educação especial ao passo que a Declaração de Salamanca avançou e adotou o termo educação inclusiva, pelos argumentos já mencionados anteriormente. Diante disso, é importante a contextualização histórica da migração do termo “educação especial” para “educação inclusiva”.

A educação especial é a modalidade de ensino que está organizada para atender as necessidades educativas especiais de alunos que possuam peculiaridades físicas e/ou intelectuais. Em 1994, a Declaração Universal de Salamanca preconizou uma nova mudança política, ideológica e prática sobre a educação especial, passando a nomeá-la como educação inclusiva (MAGALHÃES, 2013, p. 3).

Assim, a Declaração de Salamanca tem sido um importante referencial legal que trata da educação inclusiva. Ela convoca os governos a adotarem o “princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma” (MEC, 2023 [*on line*]).

A Declaração de Salamanca promoveu uma reestruturação significativa na abordagem da educação especial visando assegurar o respeito aos alunos e direcionar suas experiências de aprendizado de maneira inovadora. E Magalhães (2013) reiterou que a educação inclusiva é uma nova terminologia que se consolidou baseada nos debates que tratavam dos direitos humanos.

A Declaração de Salamanca, que se tornou um documento resultante da conferência mundial na Espanha, em 1994, destacava a nova realidade das crianças com necessidades especiais. Essa declaração visava transformar a educação e “inserir as crianças na escola regular, independentemente de suas dificuldades, garantindo a todas o direito de aprender juntas, sem segregação, discriminação ou preconceito, promovendo a inclusão” (PETRAUSKAS, 2019, p. 20).

A autora enfatiza que o Brasil assumiu o papel de criar as condições para que o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais ocorresse nos ensinos regulares. Propôs, então, que “as escolas deveriam se capacitar para atender as necessidades de cada criança de acordo com suas limitações” (PETRAUSKAS, 2019, p. 21).

Nesse contexto, é necessário a disposição de eliminar barreiras, pois para Petruskas (2019), romper barreiras não se trata apenas do ato de aceitar os alunos na escola com suas diferenças, mas compreender que é preciso valorizar a diversidade entendendo esta como parte da condição do ser humano, sejam elas físicas, sociais, culturais ou pedagógicas, que possam impedir a participação plena dos estudantes no ambiente escolar. Isso inclui a adaptação de práticas pedagógicas, o uso de recursos e apoios adequados, bem como a promoção de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso para todos.

A Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA) afirma que cada aluno é único e tem necessidades específicas, com ou sem o TDAH. Para tanto, existem algumas adaptações que podem facilitar o aprendizado desses alunos.

1. Reduzir as tarefas, torná-las mais curtas ou dividi-las em partes, etapas.
2. Reduzir as tarefas escritas e de copiar.
3. Facilitar alternativas distintas de avaliação: oral, com projetos especiais.
4. Utilizar suportes complementares na classe como gravadores, calculadoras, computadores, papel carbono, etc.
5. Pôr notas das datas em que devem ser entregues as tarefas e trabalhos.
6. Complementar, reforçar instruções verbais com informação visual.
7. Dar cópias das notas básicas dos capítulos.
8. Modificar, simplificar o texto do livro de exercícios.
9. Ter em casa uma cópia do texto da escola. (ABDA, 2023, [online]).

O Artigo 59 da LDBEN versa sobre as adaptações curriculares cujo objetivo é desenvolver todas as formas de aprendizado desses estudantes, incluindo a criação de oportunidades para que eles possam “finalizar” os estudos e que estejam aptos para o mercado de trabalho.

### **3.3 A Geografia no contexto educacional**

A Geografia desempenha um papel fundamental no contexto educacional, sendo uma disciplina que vai além da mera descrição de lugares e fronteiras. Ela é uma ciência que busca compreender as relações entre o espaço e a sociedade, promovendo uma visão integrada e crítica do mundo que os envolve. No contexto escolar, a Geografia exerce várias funções importantes para o crescimento cognitivo e social dos alunos.

A história da Geografia como disciplina escolar, conforme traçado por Cavalcanti (2003, p. 18), tem seu início no século passado, quando foi introduzida nas escolas com o objetivo de contribuir para a formação a partir da difusão da ideologia do nacionalismo patriótico. Essa perspectiva nacionalista buscou não apenas promover o conhecimento geográfico, mas também moldar a identidade e o senso de pertencimento dos estudantes na relação com sua pátria.

As últimas décadas têm sido marcadas por intensos debates no pensamento filosófico e científico em decorrência de transformações, também intensas, no mundo e na organização das sociedades. As ciências humanas têm reflexões e análises para compreender os processos de mudanças e seus desdobramentos (CAVALCANTI, 2003, p. 15).

A autora reforça também que a Geografia é uma disciplina que vai além da mera descrição geográfica, evidenciando seu papel vital na compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam as comunidades locais e globais. Ela ressalta que, em meio a essas transformações sociais, o ensino de Geografia se insere como um instrumento essencial para interpretar e contextualizar as mudanças que ocorrem tanto no espaço local quanto no global.

Assim, a visão de Cavalcanti destaca a Geografia como um recurso fundamental na formação educacional, superando os conceitos geográficos tradicionais. Ela se torna uma perspectiva crítica que possibilita aos estudantes entenderem não somente a configuração física do espaço, mas também as forças sociais e culturais que o configuram.

Esse componente curricular contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de analisar e intervir na realidade. A Base Nacional Comum Curricular enfatiza que a Geografia também promove a interdisciplinaridade, conectando-se a outras disciplinas como História, Ciências Sociais, Biologia e Meio Ambiente. Essa abordagem integrada enriquece a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, oferecendo uma visão holística do mundo.

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, p. 359).

A Geografia é uma ponte que conecta diferentes áreas do conhecimento, mostrando aos estudantes como os eventos e processos estão interligados em escala local, regional e global. Promove o desenvolvimento de habilidades como leitura de mapas, uso de tecnologias geoespaciais, interpretação de dados e indicadores, comparação de diferentes perspectivas, dentre outros.

Para além do aspecto cognitivo, a Geografia também desempenha um papel relevante no desenvolvimento de valores éticos e culturais. Ao explorar as diversidades culturais, étnicas e ambientais do planeta, os alunos aprendem a apreciar a riqueza da pluralidade humana e a importância da preservação da diversidade cultural e ambiental.

Portanto, esse componente curricular no contexto educacional não é apenas uma disciplina que fornece conhecimentos sobre lugares e espaços, mas uma ferramenta essencial para formar cidadãos críticos, conscientes e engajados. Ela oferece uma perspectiva única estimulando o pensamento crítico, promovendo a compreensão do mundo e preparando os estudantes para os desafios complexos do século XXI.

### **3.4 A Formação do professor de Geografia voltada à inclusão de alunos com TDAH**

Durante os anos 1990, a inclusão se tornou o foco central desse diálogo no Brasil. Sob essa abordagem, assuntos como a adaptação do currículo, o aprimoramento das escolas regulares para acomodar alunos com deficiências e a ênfase em métodos e recursos que facilitam essa integração ganharam destaque, especialmente no contexto da formação de professores (PETRAUSKAS, 2019). Nesse cenário, os docentes são reconhecidos como os protagonistas fundamentais no processo de incorporação de estudantes com deficiências na educação regular.

Obter a confirmação por meio de um profissional habilitado de que o aluno realmente sofre com o TDAH, pode evitar que ela seja visto como mais um aluno indisciplinado e desatento. No entanto, o diagnóstico não é o suficiente, pois o sucesso do aluno dependerá também de um conjunto de fatores associados, dos quais neste momento destacamos a forma de trabalho do professor (PETRAUSKAS, 2019, p. 28).

Lidar com estudantes que têm TDAH apresenta desafios significativos para o professor, já que ele precisa não apenas fornecer suporte de aprendizado altamente adaptado para promover o desempenho desse aluno, mas também deve considerar as necessidades do restante da turma. PETRAUSKAS (2019) ressalta que o professor deve buscar estratégias que estejam alinhadas com o diagnóstico dos estudantes e que facilitem seu progresso na escola.

Petrauskas (2019) ressalta, portanto, a relevância da capacitação do professor frente ao desafio do ensino para alunos com TDAH. É preciso estar claro para o docente de que maneira ele poderá trabalhar com o aluno com deficiência e qual o recurso didático pedagógico ele irá utilizar, dada a realidade das dificuldades encontradas e da falta de material nas escolas.

Para Petrauskas (2019) quanto mais abrangente essa capacitação for, mais oportunidades ele terá ao desempenhar suas funções na sala de aula. É importante destacar que a formação faz parte de um processo em constante evolução, ou seja, a preparação do professor é algo que ocorre de forma contínua.

A autora chama atenção para o seguinte aspecto: frequentemente o professor pode não ter a oportunidade de se aprimorar, já que existe o risco de se deparar com alunos que têm Necessidades Educacionais Especiais (NEE) logo em seu primeiro contato com a sala de aula.

Isso ocorre devido à significativa proporção de estudantes nesse grupo específico. Portanto, ela enfatiza a importância da formação inicial do professor. E quando se trata, especificamente, do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), é fundamental que o professor possua um entendimento desse transtorno, a fim de desenvolver estratégias de ensino apropriadas, continua.

Segundo Freitas (2011, s/p), para ajudar os estudantes a se desenvolverem melhor, os professores devem usar metodologias que façam o aluno pensar, questionar, argumentar e aprender com os colegas. É essencial fomentar ambientes educacionais que estimulem a participação ativa dos alunos, promovendo a construção do conhecimento de forma colaborativa.

Além disso, é fundamental incorporar ferramentas tecnológicas e recursos inovadores no processo de ensino, proporcionando uma experiência mais dinâmica e alinhada com as demandas contemporâneas da educação. Dessa maneira, os educadores desempenham um papel crucial na formação integral dos estudantes, não apenas como transmissores de informações, mas como facilitadores do desenvolvimento crítico, reflexivo e interativo dos alunos.

A cada momento, fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, justificar, etc. Para isto é preciso que os professores trabalhem com metodologias participativas, desafiadoras, problematizando os conteúdos e estimulando o aluno a pensar, a formular hipóteses, a descobrir, a falar, a questionar, a colocar suas opiniões, suas divergências e dúvidas, a trocar informações com o grupo de colegas, defendendo e argumentando seu ponto de vista (FREITAS, 2011, s/p).

A promoção do desenvolvimento intelectual dos alunos requer um constante estímulo cognitivo, envolvendo uma série de habilidades que vão além da mera absorção de informações.

A necessidade de fazer o aluno pensar, refletir, analisar, sintetizar, criticar, criar, classificar, tirar conclusões, estabelecer relações, argumentar, avaliar, e justificar é crucial para a formação de indivíduos críticos e autônomos. Para alcançar esse objetivo, torna-se imperativo que os professores adotem metodologias participativas, desafiadoras e problematizadoras, que vão além da transmissão passiva de conhecimento.

Na Geografia, a formação do professor é um desafio de extrema importância que necessita esforços contínuos e reflexões constantes, com o objetivo de desenvolver uma prática profissional competente e ética. O fazer docente nesse componente curricular deve ser orientado por princípios que conectem a teoria e a aplicação, que promovam a interdisciplinaridade, que integrem o ensino com a pesquisa e que incentivem a autoria e a autonomia intelectual.

### 3.5 Componentes curriculares e metodologia do ensino sob a perspectiva da Educação Inclusiva

O quadro 1 a seguir, é uma elaboração, deste autor, referente a alguns conteúdos, já adaptados, do componente curricular de Geografia para trabalhar com alunos do 8º ano do ensino fundamental e que possuem o TDAH. Os referenciais da Unidade Temática e dos Objetos do Conhecimento estão embasados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já as orientações de adaptação curricular deram-se a partir da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (ABDA).

*Quadro 1: Sugestão de Conteúdos adaptados de Geografia para estudantes do 8º ano*

Unidade Temática - BNCC	Objetos do Conhecimento	Habilidades	Orientações da ABDA voltadas à Adaptação (ABDA, 2023, ON LINE) *
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina	(EF08GE23) Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.	<p><b>1) Reduzir as tarefas, torná-las mais curtas ou dividi-las em partes, etapas.</b> Sugestão:</p> <p>a) trazer um mapa grande do continente americano e colar no quadro branco;</p> <p>b) apresentar os países que formam a América Latina;</p> <hr/> <p><b>2) Reduzir as tarefas escritas e de copiar.</b> Sugestão:</p> <p>c) Distribuir uma imagem/foto, por aluno, de paisagens dos países da América Latina com o respectivo nome do país (cada foto tem um número);</p> <p>d) Pedir que cada aluno associe o número ao correspondente país no mapa do quadro, escreva o número da foto no país e cole a foto próximo ao mapa do país;</p>

			<p><b>3) Facilitar alternativas distintas de avaliação: oral, por projetos específicos.</b> Sugestão: e) apresentar um filme curtinho sobre alguns países da América Latina; em seguida pedir que cada aluno escolha um país e diga o que mais chamou a sua atenção sobre aquele país;</p>
			<p><b>4) Pôr notas das datas em que devem ser entregues as tarefas e trabalhos.</b> Sugestão: f) confeccionar uma agenda coletiva da turma, por bimestre, com as datas e respectivas atividades que precisam ser entregues (em tamanho grande);</p>
			<p><b>5) Complementar, reforçar instruções verbais com informação visual.</b> Sugestão: g) para as instruções (entrega de atividades, datas avaliativas etc.) sempre representar por escrito, no quadro ou com imagens associadas à instrução dada.</p>
			<p><b>6) Modificar, simplificar o texto do livro de exercícios.</b> Sugestão: h) fazer um resumo, do texto do livro, com grande riqueza de imagens (fotos, setas, fluxos, símbolos etc.). Objetiva informar de maneira lúdica e rica (semelhante a mapa mental, fluxograma e semelhantes).</p>

Fonte: ABDA, 2023; LDBEN, 1996; Currículo em Movimento, 2014. **Elaboração:** O Autor, 2023.

Para Petrauskas (2019), quando se elabora a estrutura curricular de um curso de graduação, na verdade, projeta-se o perfil do profissional que se pretende desenvolver. Nesse contexto, os elementos do currículo devem promover tanto a compreensão teórica quanto a aplicação prática, especialmente se o objetivo é capacitar um professor que esteja preparado para lidar com as exigências da educação inclusiva. Isso posto, é fundamental que os componentes do currículo estejam alinhados com os princípios fundamentais dessa abordagem educacional.

No contexto do ensino de Geografia, o principal obstáculo reside na abordagem metodológica destinada aos estudantes com deficiência. A BNCC não exclui a educação inclusiva na área de Geografia, mas sim a promove, incentivando as escolas a adotarem práticas inclusivas e a adaptarem seus currículos para atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e características individuais.

Pelo exposto, identifica-se a existência de dificuldades, no ensino de Geografia, pois não existem formatos únicos, prontos para serem aplicados. Entretanto, a BNCC incentiva que as escolas e seus profissionais possam buscar o caminho metodológico mais adequado dentro de suas necessidades reais. O intuito é que os discentes sejam incluídos no aprendizado dos conteúdos curriculares.

Uma das formas de lidar com a falta ou insuficiência de recursos adequados nas escolas é buscar alternativas criativas e acessíveis para o ensino de Geografia. Os professores podem utilizar materiais recicláveis, mapas impressos, jogos educativos, vídeos e outras mídias para estimular o interesse e a participação dos alunos. Essas estratégias podem contribuir para a construção de um conhecimento geográfico crítico e inclusivo, que respeite a diversidade e a realidade dos estudantes.

Para um efetivo desenvolvimento e condução das atividades pedagógicas pelos docentes, é impossível considerar a inexistência ou escassez de recursos apropriados em muitas escolas. Entretanto, é essencial enfrentar a situação pois, como parte de um processo, necessita de reflexão voltada à proposição de ferramentas de ensino de Geografia. São possibilidades que podem repercutir positivamente, no desenvolvimento de metodologias inclusivas.

É relevante destacar que, embora haja uma atenção constante voltada para a metodologia empregada na sala de aula, ao trabalhar com alunos com transtornos, essa não deve ser a única consideração a ser feita para garantir a eficácia do ensino inclusivo. Isso ocorre porque outros elementos desempenham um papel igualmente crucial nesse processo (PETRAUSKAS, 2019).

Além das habilidades cognitivas mencionadas anteriormente, é crucial considerar a diversidade de aprendizes, reconhecendo as necessidades específicas de cada aluno. Conforme Caiado *et. al.* (2015, p. 782) destacam, indivíduos com deficiência requerem adaptações individuais para que possam participar plenamente do processo educacional. Nesse contexto, os elementos essenciais incluem a sensibilidade dos educadores em relação às diferenças individuais, a prontidão para oferecer suporte personalizado e a implementação de práticas inclusivas.

Centralizar o foco nas especificidades dos alunos mais do que em adaptações mais significativas, como a formação dos professores, a organização das salas e da escola para atendimento, a relação professor e aluno e entre a família e a escola, dentre outras, podem induzir os pesquisadores, na área, a acreditarem que mudanças apenas na metodologia já são suficientes para incluir de fato a pessoa com deficiência (CAIADO ET AL. 2015, p. 782).

A Geografia, é mais do que um conhecimento cotidiano, é uma ciência que explica o espaço e suas transformações. Nesse contexto, ensinar esse componente é um desafio constante e as metodologias desempenham um papel crucial na prática desse ensino.

A disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia é uma etapa fundamental no processo de formação do professor de Geografia. É nessa disciplina que unimos os conceitos teóricos da ciência geográfica e sua aplicação na Educação Básica. Aprender Geografia, para além do senso comum, é uma atividade desafiadora. Apesar

de ter transcorrido muito tempo de sua inserção na escola, ainda buscamos legitimá-la como ciência interpretativa do espaço e sua importância na formação dos alunos (BARBOSA, 2018, p. 2).

O desafio do ensino vai além da mera transmissão de conhecimentos geográficos, estendendo-se à necessidade de promover uma compreensão mais profunda e significativa do espaço pelos alunos.

Conforme estipulado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da graduação em Geografia, este documento tem como objetivo situar e abordar a evolução histórica do componente curricular, tanto como uma área de estudo científico, quanto como uma matéria escolar. Ele aborda os princípios teóricos e práticos relevantes, juntamente com conceitos, categorias e tópicos que guiam a exploração da Geografia. Além disso, oferece uma discussão sobre as bases teóricas e estratégias práticas que podem ser aplicadas na seleção de conteúdos a serem incorporados nas diretrizes curriculares para os níveis de ensino fundamental e médio (PETRAUSKAS, 2019).

Para a autora, uma consideração importante diz respeito à formação dos professores na área de Geografia, especialmente no contexto da educação especial. A questão de como integrar os princípios teóricos à prática, dadas as limitações de informação e conhecimento sobre a educação especial, é um tópico que merece discussão.

Ensinar dentro do paradigma da educação inclusiva é um desafio que exige reflexão e questionamento, especialmente porque surgem dúvidas e preocupações diante das dificuldades associadas ao trabalho com a educação especial. Tornar-se um educador capaz de lidar com alunos com TDAH é particularmente desafiador quando não se possui conhecimento suficiente sobre o assunto e não se têm as bases necessárias para atender às necessidades desse aluno, continua.

Diante de questionamentos sobre a eficácia de diferentes metodologias, é compreensível que haja incertezas sobre os motivos pelos quais elas funcionam para alguns alunos e não para outros. PETRAUSKAS, 2019, destaca que é relevante desenvolver abordagens que favoreçam a aprendizagem e gerem resultados mais satisfatórios, considerando que cada aluno possui seu próprio tempo para absorver os conteúdos.

A autora expõe que os estudantes com TDAH têm dificuldades para cumprir suas tarefas escolares na sala de aula em razão do efeito desse transtorno em sua habilidade cognitiva, o que interfere no processo de aprendizagem. É comum que os educadores busquem implementar estratégias pedagógicas ineficazes e tentam mudar o comportamento dos alunos, sem sucesso.

O professor de Geografia tem um papel importante na educação dos alunos com TDAH, pois pode ajudá-los a se incluir. Ele pode usar recursos didáticos variados, como mapas, imagens, vídeos e jogos, que chamam a atenção e o interesse dos alunos com esse transtorno. Ele também pode desenvolver o pensamento espacial dos alunos e a capacidade de entender os fenômenos geográficos que ocorrem na superfície terrestre e que se relacionam com a sua vivência.

### **3.6 O professor de Geografia, o TDAH e a inclusão: uma análise dos PPCs**

Ser professor implica muito mais do que apenas desempenhar uma ocupação. Significa ter a capacidade de instruir, compartilhar informações e conhecimentos, orientando os alunos no crescimento como seres sociais (PETRAUSKAS, 2019). Olhando para o que nos traz Petrauskas, o professor de Geografia tem o papel de educar os estudantes sobre o espaço geográfico e suas transformações, mas também de incentivar o pensamento crítico e as habilidades sociais.

Para isso, ele deve utilizar atividades que favoreçam a interação, o diálogo, a reflexão e a resolução de conflitos e que preparem os alunos para a vida em sociedade. Nesse contexto, o professor assume o papel de facilitador e atua como agente socializador ao auxiliar a criança na superação de obstáculos que podem prejudicar seu progresso na aprendizagem, promovendo assim, o processo de inclusão.

No curso de Geografia, o papel do professor é mais especificamente voltado para a mediação do conhecimento geográfico. Os profissionais são especializados em ensinar os conceitos, teorias e práticas relacionados à Geografia, como estudos de lugares, mapas, fenômenos naturais e culturais, questões ambientais, entre outros. Eles têm como objetivo principal transmitir esse conhecimento aos alunos.

Destarte, a incorporação de tópicos relacionados à educação inclusiva e educação especial nos programas de graduação em Geografia é de extrema importância, pois prepara o professor para trabalhar com alunos que possuem deficiências e necessidades educacionais especiais.

Então por que os componentes curriculares com temas relacionados à educação inclusiva e educação especial compõe somente o quadro de disciplinas do campo da pedagogia? A realidade do sistema educacional é que não só o docente formado na área da pedagogia atua com alunos com TDAH, professores também de geografia bem como de outras áreas, se deparam com essa realidade (PETRAUKAS (2019, p. 34).

Uma das habilidades que os professores de Geografia devem desenvolver é a capacidade de lidar com a diversidade dos estudantes. Isso vale tanto para os que têm formação pedagógica quanto para os que não têm. Nesse sentido, ao analisar os programas de formação de professores no âmbito da licenciatura em Geografia em instituições públicas, como a Universidade Federal de Brasília (UNB) e o Instituto Federal de Brasília, *Campus Riacho Fundo I* (IFB), nota-se a carência de componentes curriculares que abordam a relevância do ensino voltado para a educação especial e educação inclusiva.

Como objeto de estudo, foram examinadas as propostas curriculares dos programas de Licenciatura em Geografia do UnB e IFB, que são instituições públicas de ensino superior no DF. A UnB foi fundada em 1962, é uma instituição de referência e de grande peso na formação docente. Seu curso é diurno e, há décadas, atua com cursos de licenciatura em Geografia para o ensino básico.

Na análise do PPC da UnB, buscou-se verificar como a educação especial e a educação inclusiva é abordada nos elementos curriculares desses cursos. O primeiro intuito foi verificar se havia, nos componentes disciplinas específicas para formação nos temas acima.

Já o segundo propósito foi identificar se mesmo os ementários, dos componentes curriculares, possuíam temáticas que tratassem da educação especial e inclusiva voltada à formação inicial dos futuros docentes de Geografia. Conforme falado, a busca se deu por meio das palavras-chaves: educação especial; educação inclusiva; TDAH; e diversidade.

Após a busca, constatou-se que não há disciplinas específicas sobre Educação Inclusiva e Educação Especial no currículo da licenciatura em Geografia da Universidade de Brasília, conforme mostra o quadro 2 a seguir.

***Quadro 2: Disciplinas do PPC da UnB - busca para identificação das disciplinas e Temáticas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva.***

UNB	Disciplinas voltadas à formação docente	Ementa
Núcleo técnico	Prática Pedagógica em Geografia 1	Geografia escolar e espacialidade cotidiana. Fenômenos geográficos e vivência escolar. Geografia e ensino. Conceitos básicos de Geografia e articulação ao ensino e a realidade escolar. Valores e comportamentos relacionados ao ensino de Geografia. Usos e possibilidades de imagens espaciais no ambiente escolar.

	<b>Prática Pedagógica em Geografia 2</b>	Como continuação de Prática Pedagógica em Geografia 1, em nível mais aprofundado, promover a reflexão crítica sobre práticas pedagógicas. Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal. Analisar e avaliar procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares. Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.
	<b>Prática Pedagógica em Geografia 3</b>	Reflexão sobre a formação inicial em Geografia, os saberes do professor, o seu papel e as práticas de ensino. Objetivo e objeto do ensino de Geografia nos 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. Fundamentos metodológicos: os paradigmas da Geografia e seus reflexos sobre o processo ensino-aprendizagem. Proposições metodológicas para a construção dos conceitos Geográficos.
	<b>Prática Pedagógica em Geografia 4</b>	Orientações curriculares para o ensino de Geografia. Planejamento, organização e seleção dos conteúdos e estratégias. Tecnologias, linguagens e recursos didáticos aplicados ao ensino de Geografia. Pesquisa no ensino de Geografia. Prática Laboratorial e de campo.
	<b>Prática Pedagógica em Geografia 5</b>	A diversidade cultural brasileira e a questão curricular no Brasil. Cultura e Ciência Geográfica. Cultura popular e cultura marginal no currículo da Geografia escolar. Cultura brasileira e suas questões contemporâneas para a educação geográfica. Diferentes tipos de conhecimentos e a cultura Marginal. Ensino de Geografia para as questões étnico raciais. As leis 10.639/03 e 11.645/08 e o ensino de Geografia para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos no Brasil.
	<b>Práticas Inovadoras no Ensino de Geografia</b>	Estratégias didático-pedagógicas que permitam dinamizar o processo de ensino e aprendizagem nas aulas de Geografia. Propostas de inovação no ensino de Geografia. Uso de tecnologias de informação. Uso de redes sociais. Pesquisa bibliográfica. Pesquisa internet. Outras formas e possibilidades de pesquisa. Uso de cartografia temática e social. As artes (música, teatro, cinema, vídeo, obras de arte, poesia) em sala de aula e seu uso didático na Geografia escolar. Produção de material didático a partir de práticas inovadoras.

	<b>Didática para o Ensino de Geografia</b>	<p>A educação geográfica na escola básica. O aluno como sujeito sócio espacial. As relações entre saber científico-conhecimento escolar-senso comum na Geografia escolar. Discussões teórico-metodológicas recentes sobre o aprender-ensinar Geografia na escola básica. A construção das categorias de análise da Geografia na escola básica. Alfabetização/letramento cartográficos. Elaboração de planos de prática docente em Geografia e projetos de trabalho. Tecnologias aplicadas ao ensino de Geografia. Elaboração de materiais didático-pedagógicos para o ensino-aprendizagem em Geografia na escola básica.</p>
	<b>Estágio Supervisionado em Geografia para o Ensino Fundamental</b>	<p>O processo de formação de professores no Ensino Fundamental demanda conhecimentos específicos sobre determinadas ciências. Nesse sentido, a disciplina objetiva proporcionar fundamentação teórica consistente e atualizada sobre a Ciência Geográfica no contexto escolar, a fim de: 1) Contribuir para o desenvolvimento integral do educando por meio dessa disciplina; 2) Subsidiar a prática docente na área de Geografia.</p>
	<b>Estágio Supervisionado em Geografia para o Ensino Médio</b>	<p>Elaboração do relatório final do estágio e da pesquisa. Apresentação e debate dos resultados da intervenção na escola-campo: o ensino e a pesquisa. Apresentação de uma aula modelo.</p>
<b>Núcleo pedagógico</b>	<b>Fundamentos do Desenvolvimento e da Aprendizagem</b>	<p>Objeto e método de estudo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Características e determinantes do desenvolvimento durante a infância e adolescência. Fenômenos básicos da aprendizagem simples e complexas. Aprendizagem verbal e social. Relação ensino-aprendizagem.</p>
	<b>Organização da Educação brasileira</b>	<p>Estado, Educação-Sociedade; visão histórico-legal da educação brasileira: educação e as esferas do poder público; níveis e localidades de ensino; financiamento, gestão; avaliação e formação de profissionais da educação.</p>
	<b>Fundamentos de Didática</b>	<p>Elementos básicos de didática para problematizar a questão referente ao campo disciplinar da Geografia: definição e função de didática; contextualização do contexto contemporâneo voltado à educação e o papel da Geografia; problematização da educação em Geografia nos níveis fundamental e médio; elaboração de proposta de intervenção.</p>

	<b>Língua de Sinais Brasileira</b>	A presente disciplina foi organizada de modo que se priorize na teoria e na prática o ensino de uma língua que no caso é a Língua de Sinais Brasileira - Libras. Além disso, é preciso considerar que a Libras, como toda língua é dinâmica sofrendo alterações no decorrer do tempo e do espaço e no próprio processo interativo. Por isso, os estudos linguísticos para a elaboração dessa disciplina mostram que é importante considerar a necessidade de ensino em uma perspectiva que vem contra o fluxo tradicional no ensino de Libras e esta é uma questão que merece ser observada.
--	------------------------------------	--

**Fonte:** PPC da Geografia, UnB, 2019. **Elaboração:** O autor, 2023.

Por outro lado, o IFB, *campus* Riacho Fundo, que é uma instituição federal, criada em 2008, mas que atua com licenciatura em Geografia há pouco tempo, desde de 2019, oferece o curso no período noturno. É importante frisar que enquanto o PPC do IFB (2019) é mais recente o da UnB tem um tempo maior de elaboração e foi revisado em outubro de 2019.

A busca no PPC do IFB também verificou-se que não há disciplinas específicas sobre Educação Inclusiva e Educação Especial no currículo desta licenciatura, conforme mostra o quadro três a seguir.

**Quadro 3: PPC do IFB para identificação das disciplinas e Temáticas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva.**

<b>IFB</b>	<b>Disciplinas voltadas à formação docente</b>	<b>Ementa</b>
<b>Núcleo técnico</b>	<b>Práticas de Ensino I</b>	Estudo das contribuições da didática e da pesquisa sobre a formação de professores-Concepções pedagógicas. Análise das Tendências Pedagógicas e sua relação com a Didática. Planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo de ensino aprendizagem-tendo em vista a formação e atuação dos alunos dos cursos de licenciatura. Currículo escolar: concepções e perspectivas. A prática pedagógica; dimensões, desafios e competências. Relações entre pesquisa, ensino e aprendizagem.
	<b>Práticas de Ensino II</b>	Estudo das políticas e programas voltados para a educação de jovens e adultos. Processo de ensino e aprendizagem com adultos; processo de produção de conhecimento. Educação a distância e o ensino de Geografia. Abordagens metodológicas para Educação de Jovens e Adultos em espaço escolar. A Geografia para EJA. Conteúdos e metodologias de Geografia para EJA. Análise de Experiências em EJA

	<b>Práticas de Ensino III</b>	A questão teórico-metodológica e o ensino da Ciência Geográfica no Ensino Fundamental e Médio. Pressupostos da formação do professor de Geografia. Planejamento de ensino em Geografia. Metodologia de ensino das diversas áreas da Geografia. Sequências didáticas em Geografia. Sistemas de avaliação em Geografia. Recursos didáticos no ensino da Geografia. Exercitar a prática docente desde a elaboração do plano de aula até a sua execução.
	<b>Práticas de Ensino IV</b>	Pressupostos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos da Geografia escolar. A prática reflexiva no ensino de Geografia. As metodologias para o ensino de Geografia na educação básica. A questão do livro didático. Atividades laboratoriais de ensino de Geografia. Concepções da Geografia e as proposições pedagógicas correlatas. O papel da pesquisa na práxis do professor.
	<b>Práticas de Ensino IV</b>	Pressupostos teórico-metodológicos e didático-pedagógicos da Geografia escolar. A prática reflexiva no ensino de Geografia. As metodologias para o ensino de Geografia na educação básica. A questão do livro didático. Atividades laboratoriais de ensino de Geografia. Concepções da Geografia e as proposições pedagógicas correlatas. O papel da pesquisa na práxis do professor.
	<b>Práticas de Ensino V</b>	Os saberes docentes e identidade profissional do professor de Geografia. O papel da didática na formação de professores de Geografia. O ensino da Geografia como ciência social de bases humanas e físico-naturais. Conceitos e categorias chaves em Geografia. Temáticas e conteúdos atuais em sala de aula. A relação sociedade e natureza e a organização espacial na composição das aulas.
	<b>Estágio Supervisionado I</b>	Investigação do contexto educacional da escola campo de estágio: desafios, gestão, projeto pedagógico. Observação de atividades, elaboração e utilização de material didático específico. Participação em atividades de ensino nos quatro últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, contemplando, também, as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional técnica de nível médio.
	<b>Práticas de Ensino VI</b>	Metodologia e estratégia de uso das novas tecnologias no ensino de Geografia na educação básica. Informática e educação. Educação a distância e o ensino de Geografia. Uso de aplicativos, programas e recursos disponíveis na internet para o ensino de Geografia. Os conceitos básicos para o ensino de temáticas físicas e naturais. Procedimentos metodológicos para os conteúdos de Geografia Física. As linguagens utilizadas no ensino destas temáticas. Alfabetização cartográfica; cartografia no ensino básico de Geografia.

	<b>Estágio Supervisionado II</b>	O problema da prática pedagógica. Metodologia específica para o ensino de Geografia. Planejamento, vivências e avaliação da experiência de ensino. Construção de sequência didática. Elaboração e utilização de material didático específico. Prática de ensino dos conteúdos de Geografia nos quatro anos do segundo ciclo do Ensino Fundamental contemplando, também, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
	<b>Estágio Supervisionado IV</b>	O problema da prática pedagógica. Planejamento, vivências e avaliação da experiência de ensino. Regência de classe. Investigação do campo de trabalho. Elaboração e implementação de Projeto de intervenção a partir de problemas identificados durante o Estágio.
<b>Núcleo pedagógico</b>	<b>Fundamentos Históricos da Educação</b>	A disciplina discute a relação entre educação e formação humana ao longo da História, articula saberes sobre a formação humana e o contexto histórico de sua produção; promove reflexões em torno de temas como Escola, Nação, Progresso, Técnica, Política, Arte; discute a própria emergência da Pedagogia no conjunto dos saberes; debate sobre o lugar da Filosofia da Educação no conjunto dos saberes sobre Educação; aponta os des/caminhos da educação no Brasil a partir de eixos temáticos.
	<b>Estágio Supervisionado III</b>	Prática do ensino dos conteúdos da Geografia das três séries do Ensino Médio. Investigação do campo de trabalho. Observação de atividades, elaboração e utilização de material didático específico. Construção de sequências didáticas. Participação e regência de classe no Ensino Médio, contemplando, também, as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional técnica de nível médio.
	<b>Fundamentos Filosóficos da Educação</b>	Elementos básicos de didática para problematizar a questão referente ao campo disciplinar da Geografia: definição e função de didática; contextualização do contexto contemporâneo voltado à educação e o papel da Geografia; problematização da educação em Geografia nos níveis fundamental e médio; elaboração de proposta de intervenção.
	<b>Libras</b>	Especificidades da escrita do aluno surdo na produção de texto em língua portuguesa. O papel do intérprete de LIBRAS na escola inclusiva. Reflexão sobre os aspectos históricos da inclusão das pessoas surdas na sociedade em geral e na escola; a Língua Brasileira de Sinais como língua de comunicação social em contextos de comunicação entre pessoas surdas e como segunda língua. Estrutura linguística e gramatical da LIBRAS.

	<b>Educação para Diversidade</b>	Desenvolver subsídios formativos com a finalidade de contribuir para a socialização de conhecimentos necessários à formação de profissionais de educação para que reflitam sobre o sistema educacional e as práticas pedagógicas no processo de ensino aprendizagem. Compreender o ambiente escolar a partir da diversidade e diferenças. Compreender a Escola e a diversidade das pessoas com deficiência. Compreender contextos específicos da educação do campo e na educação indígenas. Compreender especificidades da educação num contexto ético-social, de gênero e idade.
--	----------------------------------	---

Fonte: PPC da Geografia, IFB, 2018. **Elaboração:** O Autor, 2023.

O quadro quatro apresenta a síntese da análise dos PPCs da UnB e do IFB para a identificação das temáticas relacionadas à Educação Especial e Educação Inclusiva. As disciplinas do IFB e UnB, que fazem parte do currículo do curso de Geografia, podem não estar preparando adequadamente os graduados para se tornarem facilitadores do ensino inclusivo.

***Quadro 4: Síntese da análise dos PPCs da UnB e do IFB para identificação das disciplinas e Temáticas sobre Educação Especial e Educação Inclusiva.***

PPC de Licenciatura em Geografia	Disciplinas Específicas	Temáticas sobre educação inclusiva nos PPCs
PPC da UNB	Não	<b>Libras:</b> no ementário desse componente curricular não aparece nenhum termo referente à inclusão ou educação especial. Ele trata apenas da linguagem dos e da constituição do sujeito surdo com referências aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A linguagem dos sinais é abordada como um direito, a acessibilidade e à interação do sujeito surdo na sociedade.
PPC IFB	Não	<b>Libras:</b> no ementário desse componente curricular aparecem os seguintes termos: “ <b>peças surdas</b> ”; “ <b>aluno surdo</b> ”; “ <b>escola inclusiva</b> ” (p.72).
		<b>Educação para Diversidade:</b> no ementário desse componente curricular aparecem os seguintes termos: “ <b>diversidade e diferenças</b> ”; “ <b>diversidade das pessoas com deficiência</b> ” (p.74)”.

Fonte: PPCs da Geografia, UnB, 2019; PPC da Geografia, IFB, 2018. **Elaboração:** O Autor, 2023.

Isso se deve ao fato de que a formação inicial desses futuros profissionais não oferece as bases necessárias para desenvolver metodologias específicas e alinhadas aos princípios da educação inclusiva. Essa situação é ainda mais grave quando se trata de questões específicas, como o TDAH, pois não há disciplinas curriculares que tratam desses temas, mesmo sendo muito importantes.

A disciplina de Libras e de Educação para a Diversidade, no curso de Geografia do IFB, por exemplo, é uma iniciativa importante. Entretanto, ela é insuficiente para promover a capacitação do docente de modo a desenvolver práticas pedagógicas voltadas à inclusão dos alunos com TDAH. É importante que a formação inicial docente dessa graduação garanta um currículo que contemple atividades práticas e pedagógicas que permitam o ensino de Geografia de forma inclusiva.

Considerando a importância crescente da inclusão na sociedade contemporânea, é fundamental que as instituições de ensino repensem suas abordagens pedagógicas. A ausência de uma formação sólida em Educação Inclusiva pode resultar em lacunas no entendimento e na prática dos graduados, impactando diretamente a qualidade da educação que eles serão capazes de proporcionar. A diversidade de necessidades dos alunos, especialmente aqueles com condições como o TDAH, demanda uma preparação mais abrangente e sensível por parte dos futuros profissionais.

Diante desse cenário, urge a necessidade de uma revisão estrutural nos PPCs, incorporando não apenas disciplinas específicas sobre Educação Inclusiva, mas também promovendo uma abordagem transversal que permeia todas as áreas do curso de Geografia. Ao investir na formação integral dos estudantes, capacitando-os para lidar com a diversidade em todas as suas nuances, as instituições podem desempenhar um papel crucial na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Essa transformação não apenas aprimoraria a preparação dos graduados, mas também contribuiria para a construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, refletindo o compromisso das instituições com a equidade e a diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos, torna-se evidente a necessidade de uma reconsideração da formação inicial dos professores de Geografia, especialmente diante do contexto da educação inclusiva. É fundamental destacar a importância da formação inicial do professor de Geografia, considerando as dificuldades que ele enfrenta ao lidar com alunos com necessidades educacionais especiais quando não estão adequadamente preparados. É imperativo desenvolver abordagens que capacitem esses educadores a atender não apenas alunos com TDAH, mas também aqueles com outras necessidades educacionais especiais, dentro do ambiente educacional convencional.

É imprescindível que os cursos de licenciatura em Geografia incorporem disciplinas voltadas para a educação inclusiva e especial, uma vez que esses cursos têm o propósito de preparar os alunos para a prática docente. Nesse sentido, é vital que os futuros professores não apenas adquiram conhecimento teórico, mas também se familiarizem com práticas pedagógicas que possibilitem atender de forma individualizada às necessidades de cada aluno.

Uma questão relevante para a educação geográfica é a qualificação do professor que atua nessa área, tendo em vista a promoção da inclusão e a garantia de uma educação de qualidade. Para isso, é preciso considerar os obstáculos enfrentados pelos docentes, que muitas vezes carecem de recursos e conhecimentos pedagógicos adequados para oferecer um ensino de qualidade que respeite as necessidades educacionais dos estudantes.

E uma educação inclusiva de qualidade exige enfrentar desafios importantes. É necessário eliminar as barreiras que dificultam o acesso dos alunos com necessidades especiais ao sistema educacional regular. Nesse sentido, é fundamental buscar uma educação de alto nível. No entanto, para atingir esse nível, é indispensável formar os professores para atuar na inclusão.

Os estudantes com TDAH enfrentam dificuldades em manter a atenção, o que interfere na aprendizagem. Para lidar com esses casos, o professor de Geografia precisa de abordagens metodológicas que organizem os conhecimentos a serem transmitidos, pois sua insegurança pode prejudicar o ensino. As bases metodológicas são essenciais na prática de ensino para alcançar objetivos específicos e, sem elas, a organização dos conhecimentos a serem transmitidos se torna desafiadora.

Os currículos dos cursos de licenciatura em Geografia, aparentemente, não oferecem uma formação adequada aos futuros profissionais para atender de forma eficiente os alunos que

apresentam necessidades educacionais especiais, em particular os que sofrem de TDAH. Isso revela a urgência de revisar e reformar tais cursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Adriana Domingos dos. **A Importância da Educação Especial e sua Inclusão** [online]. Disponível em:

<https://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoespecialinclusao/index.php>. Último acesso em: 30 nov 2023.

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO - ABDA**. Disponível em: <https://tdah.org.br>. Último acesso em: 30 nov 2023.

\_\_\_\_\_. **O que é TDAH**. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Último acesso em: 30 nov 2023.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.17, p.59-76, Maio-Ago., 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/B4mkmTPHqg8HQYsLYxb6tXb/?lang=pt&format=pdf>. Último acesso em: 30 nov 2023.

BARBOSA, Aline Camilo. Tecendo (geo)grafias na formação de professores: relato de experiência da disciplina de metodologia do ensino de geografia no PAFOR/UESPI. **Revista Eletrônica Georaguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 01- 12. Janeiro/Junho. 2018. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6980/4581>. Último acesso em: 30 nov 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular- BNCC**. [online]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Último acesso em: 30 nov 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Último acesso em: 30 nov 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania/Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Último acesso em: 30 nov 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB. Projeto Político Pedagógico. Curso Licenciatura em Geografia. 2018. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Resolu%C3%A7%C3%A3o\\_%2028\\_%20ANEXO%20-%20PPC%20Licenciatura%20em%20Geografia1.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Resolu%C3%A7%C3%A3o_%2028_%20ANEXO%20-%20PPC%20Licenciatura%20em%20Geografia1.pdf). Último acesso em: 30 nov 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Último acesso em: 30 nov 2023.

CAIADO, K. R. M.; et. al. Produção Do Conhecimento Sobre o Ensino de Geografia para Pessoas com Deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, v. 10, n. esp, p. 773-786, jul. [2015]. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/issue/viewIssue/528/108>. Acesso em: 30 Nov. 2019.

CALIMAN, Luciana; VIEIRA. O TDAH: entre as funções, disfunções e otimização da atenção. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 559-566, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/dMWSQRntTwZwHpXBTswQHhv/?format=pdf>. Último acesso em: 30 nov 2023.

COSTA, C; MOREIRA, J; JÚNIOR, M. Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino de alunos com TDAH em aulas de educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, mar 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bv9tRkHHtGWrHqp9KXhS7Bw/?lang=pt#>. Último acesso em: 30 nov 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 5º edição. São Paulo: Papirus Editoras, 2003.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento – Educação Básica**. 2018. Disponível em: [https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curriculo-em-Movimento-Ens-Fundamental\\_17dez18.pdf](https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curriculo-em-Movimento-Ens-Fundamental_17dez18.pdf). Último acesso em: 30 nov 2023.

\_\_\_\_\_. **Currículo em Movimento – Educação Especial**. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/07/cirriculo-movimento-ensino-especial.pdf>. Último acesso em: 30 nov 2023.

#### **MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS**

[recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Último acesso em 30 nov 2023.

MAGALHÃES, M. A educação especial e a formação docente: análise curricular no curso de licenciatura em Geografia. **XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo: tempos espaços e contextos**. Rio de Janeiro. 29 e 30 de out 2013. Disponível em: [https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes\\_antteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais\\_encontro\\_2013/oral/monalisa\\_magalhaes.pdf](https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_antteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/oral/monalisa_magalhaes.pdf). Acesso em: 30 nov 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2003.

MARCOLINO, Diana. **Educação inclusiva no curso de graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): A deficiência visual em questão.**

(Graduação). Florianópolis, SC, 2015. Disponível em:

<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2014/08/Educa%C3%A7%C3%A3o-inclusiva-no-curso-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Geografia.pdf>. Último acesso em 30 nov 2023.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; SILVA, Luis Henrique. **Avaliação pedagógica: foco na deficiência intelectual numa perspectiva inclusiva.**

São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013. Disponível em:

[https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro\\_11\\_oliveira.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-livro_11_oliveira.pdf). Último acesso em: 30 nov 2023.

OLIVEIRA, Juliana Thais; REIA, Letícia. **A Inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, Lins, SP, 2017. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/79422533-A-inclusao-do-aluno-com-deficiencia-intelectual-no-ensino-regular.html>. Acesso em: 30 nov 2023.

PETRAUSKAS, Thiana Rocha da Silva. **TDAH, o desafio de incluir e a importância da formação do professor de Geografia frente ao desafio da educação inclusiva.**

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia.

Delmiro Gouveia, 2019. Disponível em:

<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/5151/1/TDAH%20o%20desafio%20de%20incluir%20e%20a%20import%C3%A2ncia%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor%20de%20Geografia%20frente%20ao%20desafio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva.pdf>. Último acesso em: 30 nov 2023.

RICHTER, Bárbara Rocha. **Hiperatividade ou indisciplina? – O TDAH e a patologização do comportamento desviante na escola.**

Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/55071/000857084.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 30 nov 2023.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/45rkkPghMMjMv3DBX3mTBHm/?format=pdf&lang=pt>.

Último acesso em: 30 nov 2023.

SENA, Soraya da Silva; SOUZA, Luciana Karine de. Desafios teóricos e metodológicos na pesquisa psicológica sobre TDAH. **Temas em Psicologia** - 2008, Vol. 16, no 2, 243 – 259.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v16n2/v16n2a08.pdf>. Último acesso em: 30 nov 2023.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Último acesso em: 30 nov 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia. 2019. Disponível em:

[file:///C:/Users/Admin/Downloads/Projeto\\_Politico\\_Pedagogico\\_Curso\\_de\\_Licenciatura\\_em\\_Geografia.pdf](file:///C:/Users/Admin/Downloads/Projeto_Politico_Pedagogico_Curso_de_Licenciatura_em_Geografia.pdf). Último acesso em: 30 nov. 2023.